

Delegacia de polícia funciona na Constituinte

TÂNIA MONTEIRO

Uma verdadeira delegacia de polícia funciona no Congresso Nacional, recebendo queixas e procurando soluções para incidentes de toda ordem, envolvendo não só funcionários como também parlamentares. As queixas vão desde o roubo de alianças, dólares e carros das casas de deputados e senadores a tentativas de conciliação para brigas de casal. Dentre os constituintes, a que mais frequenta o livro de ocorrências é a deputada Raquel Cândido (PMDB-RO), tida como agressiva. "Aqui todo mundo tem medo dela", afirma um segurança que prefere não se identificar para não correr o risco de, no mínimo, levar uma bofetada, como já aconteceu com um de seus colegas. "Bobeu ela bate mesmo, e bate bem", desabafa o funcionário.

O Congresso Nacional funciona como uma pequena cidade, já que ali trabalham diariamente sete mil pessoas, além de cerca de cinco mil que transitam por suas dependências. Em 1987 foram registradas 268 ocorrências policiais e 24 de trânsito. Coincidência, em 1986 o número de ocorrências policiais foi o mesmo, acrescido de 12 problemas de trânsito. Este ano já foram registradas 55 ocorrências. A que ganhou maior notoriedade foi a do garçom Jany Santos de Souza, que na semana passada revirou o plenário da Câmara e a sala onde funciona a CPI da corrupção para protestar contra a Constituinte.

ALIANÇAS E DÓLARES

Franzina, a deputada Raquel Cândido cria para os que trabalham com ela os maiores problemas por causa do seu temperamento intempestivo. São três as ocorrências envolvendo Raquel registradas no livro da pequena delegacia de polícia do Congresso, somente no ano passado: duas

por agressão e uma por ameaça de agressão. Mas os funcionários de lá garantem que, se todas as pessoas que tiveram problemas com ela registrassem o fato, esse número seria consideravelmente ampliado.

Para provar que ladrão não escorre de quem rouba carro, o livro de ocorrências mostra o desaparecimento de automóveis das garagens dos edifícios onde moram diversos constituintes. Foram vítimas dos arrombadores, em 1987, o pernambucano Roberto Freire, líder do PCB, Jessé Frei-

re (PFL-RN) e João Agripino (PMDB-PE), entre outros. Mas um furto considerado curioso pelos seguranças foi registrado nas residências de dois constituintes: Matheus Iensen (PMDB-PR), autor da emenda coletiva que obteve mais de 300 assinaturas propondo cinco anos de mandato para o presidente Sarney, e Lúcio Alcântara (PFL-CE), que tiveram suas alianças de casamento roubadas.

O deputado Jorge Vianna (PMDB-BA) teve prejuízo no ano passado quando, de sua residência, desa-

pareceram dólares em quantidade que a ocorrência não revela. Mesmo sem esperança de reaver o dinheiro o parlamentar fez questão de registrar o furto. O deputado Homero Santos (PFL-MG) mostrou que tem bom preparo físico. Ele foi furtado no final do ano passado, na fila da agência do Banco do Brasil que funciona na Câmara, mas imediatamente notou a falta do dinheiro, correu atrás do ladrão e ainda conseguiu prendê-lo.

As confusões em plenário entre constituintes também estão registra-

das no serviço de segurança. O desentendimento entre os deputados Gilson Machado (PFL-PE) e Juarez Antunes (PDT-RJ), que chegaram a trocar tapas em plenário no final de 1987, consta das ocorrências, assim como uma tentativa de agressão por parte de populares contra os senadores Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, e Jarbas Passarinho, líder do PDS.

CASOS MAIS GRAVES

Muitos dos problemas que o pessoal da segurança não consegue resolver com uma boa conversa acabam

sendo encaminhados para as delegacias de Polícia de Brasília. O deputado Narciso Mendes (PDS-AC), segundo os registros policiais, viu-se envolvido em uma tremenda confusão apenas porque prometeu um emprego a uma moça. O parlamentar acreano, como não cumpriu a promessa, tentou compensar a jovem com algum dinheiro, prática que se repetiu por outras três vezes. Ela, entretanto, não desistiu do emprego e, como não foi contemplada, resolveu se vingar indo à casa do deputado e se identificando para a esposa dele, Auricélia, como sendo amante de seu marido. O episódio acabou em confusão e, como a minidelegacia não solucionou o problema, a ocorrência foi encaminhada para a 2ª DP.

Embora acostumados a resolver a maioria dos impasses surgidos na Constituinte com entendimentos e acordos, os parlamentares, muitas vezes, não têm esse espírito para solucionar suas próprios problemas. Prova disso é que não numerou os registros de ocorrências de casos simples, como o de um deputado que reclama por que outro parlamentar parou o carro na sua vaga.

Há uma funcionária, conta o segurança, que já foi repreendida duas vezes por usar trajes inconvenientes. Outro caso pitoresco foi registrado quando um seguidor do reverendo Moon tentou seduzir a secretária de um senador, agarrando-a no gabinete deste.

O pessoal da segurança, entretanto, é o mais discreto possível e tenta manter sigilo de todo e qualquer fato que envolva parlamentares e mesmo funcionários. Segundo eles, se esses casos vierem a público, a imagem da Casa pode ser afetada e os constituintes poderão perder a confiança de registrar suas ocorrências na minidelegacia.

Brasília/Agência Estado

